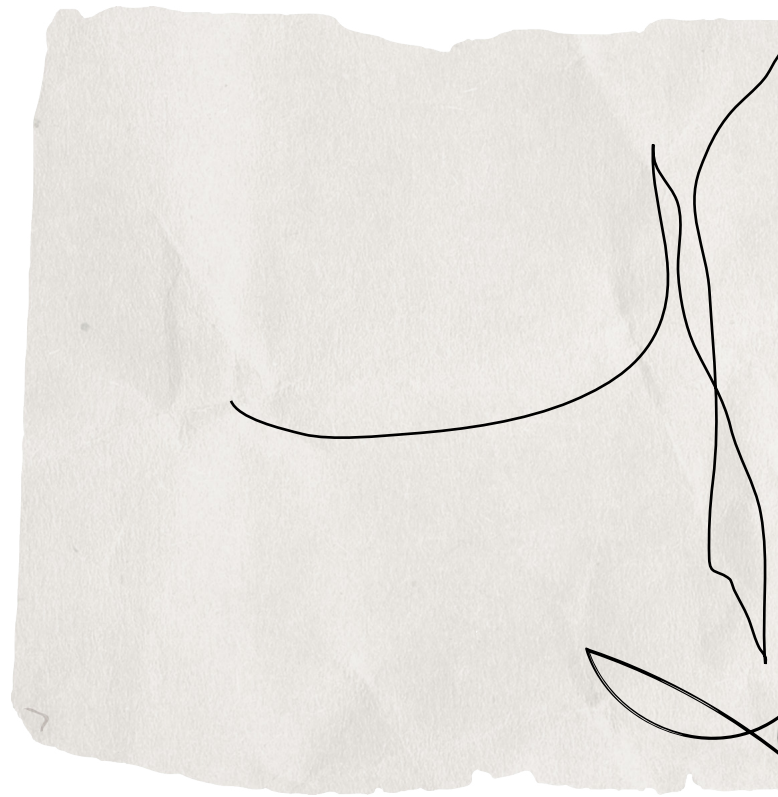


**Ler a arquitetura das
classes desprivilegiadas¹**



Nnamdi Elleh

Universidade de Witwatersrand (WITS),
Joanesburgo, África do Sul.

TRADUÇÃO:

Céline Veríssimo
¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA,
PPGPPD e CAU / UNILA, DAMG / UPT

Ler a arquitetura das classes desprivilegiadas

Resumo

Ao procurar "ler" a arquitetura das classes desprivilegiadas o texto procura dar um outro olhar para a arquitetura global que não consta nem é discutida nos livros de história, sendo, portanto, considerada desconhecida e indefinível pelos profissionais e teóricos da área. As palavras "classes desprivilegiadas", no título do livro e do texto, foram cuidadosamente escolhidas para demonstrar como a ausência, ou a presença, dos arquitetos no design do ambiente construído reforça certos estereótipos sociais quando não-arquitetos com poucos meios econômicos, constroem as suas próprias casas nos centros urbanos emergentes por todo o mundo, com significações relevantes para o discurso e a consciência social na arquitetura contemporânea. Os textos são reunidos sob os temas: cidades pré-modernas sem o registo dos tipos de "favelas" no nosso discurso; confrontando o vernacular com as produções arquitetônicas urbanas "modernas" das classes desprivilegiadas; teorização das arquiteturas das classes desprivilegiadas; a teoria da transição: os elos entre as arquiteturas vernaculares e modernas. Cada um desses quatro conjuntos evoca reflexões que subsidiam a discussão central empreendida, assim os ensaios deste livro, de forma crítica, baseada e consistente, discutem um tipo de arquitetura global, altamente difundido nos centros urbanos, construídos por pessoas que não têm acesso aos serviços de arquitetura, muito embora principalmente nas partes do mundo em desenvolvimento (*Por não haver resumo no texto original, este foi feito pelos editores*).

Palavras-chave: arquitetura vernacular, produções arquitetônicas emergentes, consciência social na arquitetura contemporânea.

Leer la arquitectura de las clases desprivilegiadas

Resumen

Al tratar de "leer" la arquitectura de las clases desprivilegiadas, el texto pretende dar otra mirada a la arquitectura global que no se menciona ni se discute en los libros de historia, siendo por tanto considerada desconocida e indefinible por los profesionales y teóricos del área. Las palabras "clases desfavorecidas" que aparecen en el título del libro y en el texto han sido cuidadosamente elegidas para demostrar cómo la ausencia, o la presencia, de los arquitectos en el diseño del entorno construido refuerza ciertos estereotipos sociales cuando los no arquitectos con medios económicos limitados, construyen sus propias casas en los centros urbanos emergentes de todo el mundo, con significados relevantes para el discurso y la conciencia social en la arquitectura contemporánea. Los textos se reúnen bajo los temas: las ciudades premodernas sin la inscripción de los tipos de "chabolas" en nuestro discurso; la confrontación de lo vernáculo con las producciones arquitectónicas urbanas "modernas" de las clases desfavorecidas; la teorización de las producciones arquitectónicas de las clases desfavorecidas; la teoría de la transición: los vínculos entre las producciones arquitectónicas vernáculos y modernas. Cada uno de estos cuatro conjuntos, evoca reflexiones que subsidian la discusión central emprendida, así los ensayos de este libro, de manera crítica, fundamentada y consistente, discuten un tipo de arquitectura global, altamente difundida en los centros urbanos, construida por personas que no tienen acceso a servicios de arquitectura, aunque principalmente en partes del mundo en desarrollo (*Al no existir un resumen en el texto original, éste fue realizado por los editores*).

Palabras clave: arquitectura vernácula, producciones arquitectónicas emergentes, conciencia social en la arquitectura contemporánea.

Reading the architecture of the underprivileged classes

Seeking to "read" the architecture of the underprivileged classes, the text intends to take another look at the global architecture that is neither mentioned nor discussed in history books, and therefore considered unknown and undefinable by professionals and theoreticians in the field. The words "underprivileged classes" in the title of the book and the text have been carefully chosen to demonstrate how the absence, or presence, of architects in the design of the built environment reinforces certain social stereotypes when non-architects with limited economic means build their own homes in emerging urban centers around the world, with relevant meanings for discourse and social awareness in contemporary architecture. The texts are gathered under the themes: pre-modern cities without the registration of "slum" types in our discourse; confronting the vernacular with the "modern" urban architectural productions of the underprivileged classes; theorizing the architectural productions of the underprivileged classes; the theory of transition: the links between vernacular and modern architectural productions. Each of these four sets, evokes reflections that subsidize the central discussion undertaken, thus the essays in this book, critically, grounded and consistent, discuss a global type of architecture, highly pervasive in urban centers, built by people who do not have access to architectural services, although mainly in parts of the developing world(Since there is no abstract in the original text, this was done by the editors).

Abstract

Keywords: vernacular architecture, emerging architectural productions, social consciousness in contemporary architecture.



O objetivo deste livro está articulado no seu próprio título: *Leitura da Arquitetura das Classes Desprivilegiadas*. Uma definição básica da palavra «ler» no *Oxford Advanced Learner's Dictionary* é “olhar para e entender o significado de +palavras ou símbolos escritos ou impressos”. A partir da definição da palavra “leitura”, pode-se entender que os ensaios deste livro dão um outro olhar àquele tipo de arquitetura global, altamente difundido nos centros urbanos, construído por pessoas que não têm acesso aos serviços de arquitetura, muito embora principalmente nas partes do mundo em desenvolvimento. Além disso, partindo da palavra “leitura”, podemos verificar que os ensaios do livro baseiam-se no posicionamento de que as formas arquitetônicas podem ser lidas como símbolos imbuídos de significados. Segue-se que o tipo peculiar de compreensão, no seu conjunto, é o modo como a motivação para estatuto social foi o que deu ímpeto, aos arquitetos profissionais e teóricos, para manobrar as terminologias utilizadas na descrição de edifícios que surgiram no início do século XX até à atualidade, com o intuito de determinar os edifícios que poderiam ser discutidos nos livros de história, enquanto modernos, e aqueles que deveriam ser classificados como desconhecidos e indefiníveis. Infelizmente, acontece que os edifícios descritos como desconhecidos e indefiníveis são quase todas as variedades produzidas pelas classes desprivilegiadas nas cidades do mundo em desenvolvimento.

Há muito mais no título: a ideia de “classes desprivilegiadas” implica que uma das intenções do livro é chamar a atenção para os problemas de habitação das pessoas que têm poucos recursos econômicos e, subseqüentemente, para os edifícios projetados por arquitetos, porque não podem pagar serviços de arquitetura, nem o terreno para construir. Se conseguissem encontrar um lote para construir, nas etapas iniciais de assentamento a qualidade

LAJE

n. 1
p. 262-289
2022

ISSN: 2965-4904

da habitação era tão baixa que se pode dizer que não houve nenhuma melhoria significativa na qualidade de vida dos moradores dessas casas nesses bairros. Outra característica que os assentamentos têm em comum, independentemente da sua localização, é que muitas vezes os construtores foram novos imigrantes que se deslocaram para os centros urbanos, em busca de oportunidades de trabalho. Podem estar desempregados, subempregados ou plenamente empregados, mas nas fases iniciais de assentamento no seu novo ambiente, estes não ganham o suficiente para pagar casas em lugares projetados e já estabelecidos. Portanto, neste contexto a palavra "classe" é usada minimalmente para descrever um grupo de pessoas e residências que partilham características e interesses económicos comuns na sociedade. Estamos cientes de que a era pós-Guerra Fria e pós-11 de Setembro, quando edifícios e infraestrutura pública, bem como o design urbano, são repensados a partir de múltiplas perspectivas relativas à segurança, o termo "classe" pode parecer polémico, e alguns podem ir ao ponto de dizer que é obsoleto nos discursos em arquitetura. Existe uma pressão para engrandecer e substituí-lo, nos textos críticos, por palavras politicamente corretas, como se não contribuisse mais com significações relevantes para o discurso e a consciência social na arquitetura contemporânea.

Existe outra perspectiva a partir da qual as palavras "classe desprivilegiada" são usadas para ler as produções arquitetónicas do povo. O surgimento de terminologias como gueto, favela, ocupações e *townships*² não pode ser traçado a uma única trajetória ideológica conspiratória, organizada entre os diversos grupos de interesse. Engenheiros, urbanistas, políticos, filantropos, líderes religiosos, empresários industriais, escritores, teóricos, autoridades governamentais, revolucionários, sociólogos, operários nas fábricas e moradores urbanos em geral, usam essas palavras para descrever os ambientes residenciais onde moram. Se os diversos grupos tiveram algo em comum, independentemente dos seus caminhos se cruzarem, ou não, ou de concordarem e discordarem, uns com os outros, por vezes violentamente, nas revoluções, seria o facto de estarem a viver num mundo que estava a ser rapidamente transformado pela indústria. As palavras que usavam para descrever esses ambientes, eram a sua forma de expressar os benefícios sociais e físicos, bem como as desvantagens do ambiente industrial que assistiam. Neste sentido, como vimos nos escritos de Friedrich Engels ([1845]1987), Ebenezer Howard ([1902]2008), Frank Lloyd Wright, Le Corbusier (1986; 1987) e Fishman (1999), os objetos arquitetónicos são análogos às tabelas com o relevo dos contextos sociais e das condições de vida dos moradores urbanos indigentes, e como a reforma urbana era imaginada.

Por essa razão, as palavras “classes desprivilegiadas”, no título do livro, foram cuidadosamente escolhidas para demonstrar como a ausência, ou a presença, dos arquitetos no design do ambiente construído reforça certos estereótipos sociais quando não-arquitetos com poucos meios económicos constroem as suas próprias casas nos centros urbanos emergentes por todo o mundo. Mais importante ainda, mostra ironicamente como, apesar da ausência ou presença dos serviços dos arquitetos na construção dos ambientes onde moram, as pessoas das classes economicamente desprivilegiadas, essa profissão sempre se beneficiou de refazer bairros que são considerados económica e socialmente desafiantes. Esta observação é mais urgente do que nunca devido ao crescimento urbano no século XXI, e à expectativa de que muitos empregos de arquitetos sejam criados nas partes subdesenvolvidas das nossas cidades. A literatura existente sobre a arquitetura das classes desprivilegiadas é uma oportunidade para adotar uma estratégia de leitura centrada nas fontes das práticas arquitetónicas que estavam disponíveis nas diferentes localidades antes do surgimento dos tipos de edifícios arquitetónicos que estamos a analisar neste livro. Esta cuidadosa leitura histórica apresenta a perspectiva de que o surgimento da arquitetura das classes economicamente desprivilegiadas provavelmente começou com o advento da era industrial no século XVIII, quando as grandes cidades costeiras globais, nas partes do mundo em desenvolvimento, começaram a expandir-se e gradualmente passaram a estar ligadas umas às outras por relações comerciais. Felizmente, muitos relatos de viagens dos primeiros exploradores fornecem uma infinidade de fontes a partir das quais se pode recorrer.



Cidades pré-modernas sem o registo dos tipos de “favelas” no nosso discurso

Para verificar se os historiadores e teóricos da arquitetura omitiram a arquitetura das classes desprivilegiadas dos livros de história no século XX, devemos primeiro analisar aquilo que os exploradores viram, quando visitaram, muitas partes do mundo onde estas construções continuam a ser desenvolvidas. Os relatos dos exploradores são visíveis porque foram escritos antes do alvorecer da era industrial e quando as regiões começaram a participar rapidamente do comércio que se estendia por todo o mundo. A trajetória do pensamento aqui não higieniza as cidades encontradas pelos exploradores como assentamentos livres de pessoas e de habitações pobres. Não, essa não é a ideia nem a posição dos ensaios deste livro. Pelo contrário, reforça a

existência de formas vernaculares de construir o ambiente para ricos e pobres, onde o vernacular é aqui entendido como algo feito localmente pelas pessoas com as suas próprias tecnologias e mão-de-obra qualificada. Normalmente, os materiais e tecnologias de construção eram extraídos do ambiente local. Não existe um único relato de edifícios construídos com chapas e coberturas metálicas, amianto, compensados, cimento, revestimentos plásticos reciclados, vidro, canas, varas e barro, como encontramos hoje nas produções arquitetônicas das classes desprivilegiadas.

A consideração da descrição do antigo Império de Gana pelo estudioso muçulmano de Córdoba, Espanha, Abdallah ibn Abdel Aziz, também conhecido como Abu Abaid, e mais popularmente pela alcunha El Bekri, em 1067, dá-nos uma visão de um antigo ambiente africano. El Bekri não mencionou edifícios construídos com materiais manufaturados e naturais, como é comum encontrarmos nos assentamentos que estudamos. Davidson (1970) lembra-nos que El Bekri estava a escrever quando os governantes muçulmanos do Norte da África ainda lutavam para conquistar mais terras para sul, nas partes da África Ocidental, conhecidas na história como o Sudão Ocidental, onde os interesses económicos eram grandes, especialmente no controlo das rotas comerciais. Os produtos lucrativos do comércio incluíam ouro, minas de sal, assim como marfim e especiarias. Nas contas de El Bekri, a capital do Gana caiu em 1076 para o líder almoravid, Abu Bakr. Além disso, El Bekri escreveu que: "Esta capital tinha duas cidades separadas por seis milhas de distância, e os espaços entre elas também estavam cobertos de moradias. Na primeira dessas cidades estava a residência do rei, 'uma fortaleza e várias cabanas arredondadas com telhados redondos, todas cercadas por um muro. A segunda, que também tinha uma dúzia de mesquitas, era uma cidade mercante de muçulmanos[...] (DAVIDSON, 1970, p. 85)". Também temos um vislumbre da vida e dos protocolos na corte do rei, através dos relatos de El Bekri numa cena que parece um palco cinematográfico. Ele escreve que:

Quando ele [o rei] dá audiência ao seu povo, para ouvir as suas reclamações e colocá-las em direitos, ele senta-se num pavilhão ao redor do qual os seus cavalos estão cativos com pano de ouro; atrás dele estão dez escudeiros segurando escudos e espadas douradas; e à sua direita estão os filhos dos príncipes do seu império, esplendidamente vestidos e com ouro trançado nos seus cabelos. [...] O início de uma audiência é anunciado pelo rufar de uma espécie de tambor que eles chamam de deba, feito de um longo pedaço de madeira oca. (DAVIDSON, 1970, 91).



Embora a narrativa de El Bekri sobre o antigo Reino do Gana tenha vindo da distante Idade Média, as suas sugestões sobre a riqueza do antigo Reino do Gana foram corroboradas pelo conhecimento do sucesso do Império do Mali na região. Davidson (1966) também escreve sobre o Mapa Catalão da África de 1375, que se acredita ter sido preparado por Abraham Cresques, que mostrava cidades além das montanhas do Atlas e identificava alguns importantes centros comerciais ao longo do rio Níger e em outros lugares, incluindo "Tenbuck (Timbuktu), Ciutat de Mali, Geugeu (Gao), e Tagaza; todos estes, no meio de uma série de outros, que doravante iriam despoletar os interesses e a imaginação da Europa até que os primeiros viajantes, séculos depois, pudessem finalmente alcançá-los (DAVIDSON, 1966, p. 198; 1970, p. 72)".

Este mapa é detalhado nas suas descrições visuais de lugares, pessoas, riquezas e atividades com o rei Mansa Musa sentado no meio do mapa, segurando uma esfera dourada e um bastão do poder. Bovill ([1958]1969) escreveu que a inscrição ao seu lado descreve Musa como o Rei dos Negros e o homem mais rico do mundo. Vários séculos depois, quando os grandes exploradores foram os pioneiros das rotas marítimas intercontinentais da África para a Ásia e da Europa para as Américas, as narrativas que recebemos de muitos deles, não mencionam as cidades onde os edifícios eram feitos de amianto, cimento, zinco e alumínio, plástico, compensado, argila, pau, telhado de colmo e outros materiais naturais, como os construídos por arquitetos urbanos não escolarizados, cujas obras resultaram claramente da era industrial moderna. Não encontramos descrições de construções e assentamentos tão variados nas costas africanas, no relato de viagem de Bartolomeu Dias (1488), nem do seu sucessor Vasco de Gama (1498) que navegou ao redor do Cabo da Boa Esperança durante a sua viagem à Índia. Nem podemos encontrar descrições de tais ambientes urbanos nos escritos do explorador Holandês Olfert Dapper (1668) que preparou vários mapas e ilustrações para o seu livro, nem nos escritos de William Bosman ([1704]1967) que passou algum tempo na África Ocidental. As ilustrações de Dapper (1668) de uma cidade em Marrocos, demonstram a abundância de edifícios feitos de tijolos cozidos ao sol e pedras que representam construções vernaculares, ainda hoje encontradas em vários cenários tradicionais do Atlas Marroquino. A sua ilustração do *Oba* (rei) do Benin num desfile real, mostra imagens de fundo urbanas que podemos corroborar nas placas de bronze e latão do Benin, anteriores a essa época. Edifícios com fixações altas, culminadas por grandes esculturas em bronze de águias e cobras pitão que têm até 12 pés de altura, descendo pelo meio do telhado com a cabeça voltada para o chão, podem ser vistas na frente e nos fundos das ilustrações.

Enquanto que os corpos das pitões em bronze nas pontas dos edifícios não sobreviveram, várias cabeças que estão nos museus em Berlim e Leipzig, na Alemanha, corroboram as ilustrações de Olfert Dapper. Além disso, a ilustração de Lovango, um povoado projetado pelos primeiros portugueses, hoje Luanda, capital de Angola, mostra que edifícios bem construídos e casas de colmo ficavam lado a lado.

Alguns dos edifícios foram construídos com pedra e madeira. Nas descrições subsequentes de cidades no Sudão Ocidental, feitas pelos autores Mongo Park (1970), Hienrich Barth ([1857]), Rene Calais (1824-1828) e Felix Dubois (1896) não contêm edificações feitas de materiais produzidos em fábricas ou aqueles obtidos da natureza. Uma descrição de Timbuktu feita por Felix Dubois (1896) foi nostálgica e histórica; ele fez vários esboços das paisagens urbanas e dos edifícios, assim como das pessoas e como elas utilizavam os seus espaços. No entanto, não encontramos nenhum relato de edifícios construídos com materiais que foram produzidos em fábricas ou de materiais naturais.

África não é o único continente onde os primeiros exploradores registaram formas de assentamentos. A documentação dos exploradores portugueses sobre os ambientes que viram na Ásia e na Ásia Menor (partes do mundo que hoje conhecemos como o "Médio Oriente"), e na América Latina, especialmente no Brasil, não mencionava assentamentos onde materiais de construção produzidos em fábricas fossem combinados com materiais obtidos dos recursos locais. O *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, de Luís Silveira (1950), é provavelmente o mais completo em termos de documentação visual e o mais ambicioso, apesar dos grandes quatro volumes terem sido compilados em meados do século XX, por volta de 1950. Silveira obteve dos documentos originais de viajantes, que datam do século XV e até ao século XX, altura em que os assentamentos coloniais portugueses em África estavam a ser desafiados. O primeiro volume da documentação de Silveira concentra-se em Marrocos e nas ilhas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. No segundo volume, Silveira catalogou os assentamentos portugueses em partes que ele descreve como "África Ocidental" e "África Oriental". O terceiro volume descreve os assentamentos portugueses no Próximo e Extremo Oriente, enquanto o quarto volume foi principalmente sobre o Brasil (SILVEIRA, 1950).

Os assentamentos portugueses, descritos por Silveira, partilham certos pontos em comum. Os mais antigos estavam localizados nas principais ilhas, ou ao longo das cidades costeiras de África, Índia e América Latina, e eram, acima de tudo, assentamentos portuários. Alguns estavam localizados em entrepostos de pesca existentes ou perto de onde podiam ter acesso a abastecimentos para as naus, quando faziam



escala de porto em porto. Os assentamentos construídos por portugueses podiam ser facilmente distinguidos dos assentamentos construídos localmente, devido ao enorme investimento financeiro do rei de Portugal e de abastados investidores que participavam no comércio e nas explorações emergentes. Os principais edifícios portugueses foram patrocinados pelo Estado; não foram construídas como favelas, embora as últimas acabassem por se multiplicar nas imediações, quando indivíduos em busca de oportunidades e comércio com os estrangeiros começaram a montar acampamentos ao redor dos assentamentos. A mais proeminente, mais antiga e maior, foi estabelecida na África Ocidental. Atualmente no Gana, Forte Elmina (forte da mina de Mina) foi estabelecida em 1482, para que os portugueses pudessem tirar partido do comércio, especialmente do ouro. As diferenças entre a arquitetura de fortaleza e a arquitetura tradicional da região podem ser observadas.

Nos relatos das viagens de Marco Polo à Ásia, por volta de 1271, encontramos descrições das grandes cidades Caracoron e Samarkand (YULE; CORDIER, 1920; RUGOFF, 1960). Marco Polo descreveu Caracoron (a primeira cidade construída pelos mongóis) como uma cidade fortificada por um muro de terra, dado que a pedra era escassa, e descreveu Samarkand como uma cidade de grande riqueza e beleza. Ele observou fascinado a "nobre cidade de Suju" (Su-chau), localizada a cerca de 80 milhas a oeste de Xangai. Não hesitou em expressar a sua opinião sobre as pessoas que ele pensava serem "idólatras", e os súditos do Grande Kaan (Khan), que usavam o papel-moeda para o comércio, em vez de apenas por troca ou moedas. Também não faltou admiração na sua descrição da grandeza e tamanho da cidade, que tinha um "circuito de cerca de 60 milhas". Observou a presença na cidade de muitos comerciantes ricos, uma grande população e muitos artesãos habilidosos e comerciantes. Ele escreveu: "E você deve saber que nesta cidade existem 6.000 pontes, todas de pedra e tão altas que uma nau, ou mesmo duas naus ao mesmo tempo, poderiam passar por baixo de uma delas" (YULE, 1926, p. 181).

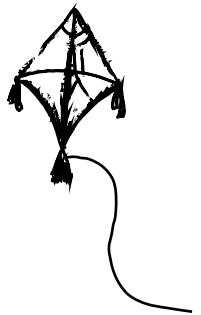
Também não podemos desconsiderar os seus relatos da cidade de Kinsay (King-sze), que significa "capital" em chinês, como o lugar mais bonito do mundo. Além da designação de King-sze, o nome original era Lin-ngan, mas agora é conhecido como Hang-Chau. Marco Polo observou que a cidade estava protegida por um marco natural e outro feito pelo homem: um rio, canais e muros. Fala-nos dos numerosos mercados que se faziam três dias por semana, com a presença de cerca de 40.000 a 50.000 pessoas que traziam consigo todos os abastecimentos alimentares para venda. Preocupado com os detalhes, Marco Polo escreveu: "todos os dez mercados

eram abarcados por casas imponentes, e debaixo delas haviam lojas onde todos os tipos de artesanato são trazidos, e todos os tipos de artigos estão à venda, incluindo especiarias, jóias e pérolas. Algumas destas lojas são inteiramente dedicadas à venda de vinho feito de arroz e especiarias, que é fresco e constantemente preparado, e é vendido muito barato" (ibid, p. 202). Nas cartas de Pietro Della Valle (1843), durante as suas viagens pela Índia entre 1614 e 1626, não recebemos relatos de edifícios construídos tanto com materiais naturais como manufaturados. Apesar das meticulosas observações e documentações de Pietro Della Valle sobre comércio, religião, relações sociais, cidades, edifícios, plantas de templos e formas de adoração - histórias que somadas a um compêndio inacreditável na sua Roma de origem de então, lhe renderam o apelido de *Il Fantastico* (VALLE, 1843).

Podemos recordar *The Bernal Diaz Chronicles, The True Story of the Conquest of Mexico*, momento em que começou a documentar as suas experiências e observações no Novo Mundo, em 1514, quando, partindo de Cuba, embarcou com colegas em expedições para conquistar novos territórios. O que colhemos das histórias de Diaz foi uma grande riqueza que causou o falecimento do Chefe Montezuma e do seu povo. Nestes relatos havia uma descrição elaborada dos monumentais palácios e santuários de onde eram feitas oferendas e sacrifícios, o kou. O ponto mais alto do kou - a plataforma de onde se podia ver os arredores - era alcançado através de 114 degraus íngremes. Descreveu detalhadamente atividades comerciais e de irrigação. Diaz estava atento para registar o início do que pode ser visto como forma urbana europeia no Yucatan após a conquista do México.

Depois que capturamos a grande cidade e alocamos can-
teiros de obras, decidimos construir uma igreja dedi-
cada a São Tiago, nosso patrono e guia, no local da kou.
Quando abrimos as fundações que a sustenta, encontrá-
mos uma grande quantidade de ouro, prata, chalchuis,
pérolas e outras pedras. Um colonizador no México que
foi designado para outra parte do mesmo local, encon-
trou as mesmas coisas (DIAZ. In: IDELL, 1956, p. 161).

Os quatro volumes de *Coleções Gerais das Viagens e Descobertas feitas pelos Portu-
gueses e Espanhóis* (1796), relatam as experiências de diversas pessoas que visitaram
as Índias Orientais, as Índias Ocidentais e outras partes do mundo a partir do século
XV. As descrições das viagens mencionam cenários e eventos locais, assim como as
experiências dos exploradores. Ambientes surpreendentes onde os edifícios fossem
feitos de materiais naturais e manufaturados, não foram encontrados. Também pode-



mos citar a documentação de Stephens (1841) das suas viagens pela América Central, Chiapas e Yucatan. Além das narrativas logísticas sobre como se deslocou de um lugar para outro, e suas negociações, recebemos relatos de assentamentos antigos, desenhos e sobre a extensão de grandes cidades desaparecidas como Copan, onde ele conduziu levantamentos arqueológicos (STEPHENS, 1841). Também não havia nada nos seus registros que descrevesse o tipo de arquitetura que agora chamamos de arquitetura de favela.

Relembrar aqui os relatos dos viajantes, não recupera a nostalgia das culturas urbanas e dos modos de construção de um passado distante. Em vez disso, a sua ausência demonstra que os tipos de arquitetura em questão não faziam parte do que antes era considerado tradição de construção pré-industrial, nessas partes do mundo - África, Ásia e América Latina - onde se encontravam. Foram as construções da era industrial, que continuam a evoluir como resultado da rápida expansão do capitalismo global, nas formas atuais de produzir serviços e bens, distribuí-los e consumi-los. O encontro entre historiadores e profissionais de arquitetura com os tipos de arquitetura em causa, foi visto como um problema social, que precisava ser estudado separadamente dos problemas das práticas modernas em arquitetura, antes que pudessem ser resolvidos. O ensaio de Bernard Rudofsky (1964) que explora diversos tipos de edifícios, que não conseguiu situar como produções tradicionais, vernaculares ou modernas, não surpreendeu (RUDOFSKY, 1964).

Confrontando o vernacular com as produções arquitetônicas urbanas "modernas" das classes desprivilegiadas

É fácil interpretar erradamente o catálogo de Bernard Rudofsky para a exposição no MOMA, Nova Iorque, *Arquitetura sem Arquitetos* (RUDOFSKY, 1964), e confundir as suas intenções com o tipo de produções arquitetônicas modernas das classes desprivilegiadas que estamos aqui a discutir. Se analisarmos cuidadosamente as imagens que ele apresentou, e revermos as extensas legendas que preparou para elas, não restará dúvida de que estava preocupado principalmente com o que ele via como práticas arquitetônicas "vernaculares" de diferentes cantos do mundo. Ele estava interessado em como a geografia, a tecnologia, os materiais, a cultura, motivaram pessoas em diferentes partes do mundo a produzir diferentes tipos de

objetos arquitetônicos, incluindo anfiteatros, vilarejos em cima de colinas, locais de sepultamento, cidades trogloditas, habitações subterrâneas, enclaves defensivos, assentamentos em penhascos, aldeamentos flutuantes, celeiros e tendas nômadas transportáveis e desmontáveis. Como os arquitetos e os teóricos do seu tempo, Rudofsky também estava preocupado com a forma como as pessoas que viviam em diferentes regiões eram capazes de criar elementos e espaços de construção únicos, que desempenhavam tanto funções tangíveis como estéticas. Ele estudou arcadas, celeiros, ruas cobertas e bazares, *loggias*, portas e janelas, pináculos e torres, ameias e variedades de ornamentos e tectônica de construção. Era óbvio que enquanto ele criticava as visões dominantes do que constituía a arquitetura, quando escrevia os vocabulários que usava para apresentar as suas ideias, estes estavam limitados pelos conceitos predominantes de elementos arquitetônicos e componentes de edifícios, para os quais os arquitetos e teóricos seus contemporâneos foram atraídos.

Talvez, e como ele explicou no catálogo, a falta de informação acadêmica possa ter causado a confusão da arquitetura vernacular com as produções arquitetônicas urbanas das classes desprivilegiadas, já que estas tinham várias características de design em comum. Também ficou claro que Rudofsky estava preocupado com o papel que os historiadores estavam a desempenhar ao excluir certos grupos de produções arquitetônicas do século XX, dos textos que se estavam a tornar nos livros canônicos modernos de história da arquitetura. Ele escreveu: "Além disso, a história da arquitetura como a conhecemos, é igualmente tendenciosa no plano social. É um pouco mais do que um quem-é-quem dos arquitetos, que comemora o poder e a riqueza; uma antologia de edifícios de, por e para os privilegiados - as casas de deuses verdadeiros e falsos, de príncipes mercantes e príncipes de sangue - sem uma única palavra sobre as casas de pessoas menores" (RUDOFSKY, 1964, p. 9). Ele sentiu, justamente, que o historicismo estava em declínio e que a maioria dos edifícios do século XX, públicos ou privados, bancos ou centros cívicos, podiam ser projetados sem a validade de citações históricas, e acusou os historiadores de terem uma mente muito limitada na sua definição daquilo que constituía produções arquitetônicas. A sua intenção para o catálogo da exposição era ampla e intransigente: "*Arquitetura sem Arquitetos* procura quebrar os nossos limitados conceitos da arte de construir, introduzindo o mundo desconhecido da arquitetura sem-linhagem. É tão pouco conhecida que não temos sequer um nome para ela. Por falta de um rótulo genérico, vamos chamá-la de vernacular, anónima, espontânea, indígena, rural, dependendo do caso" (IBID., p. 15).



Desta definição arrebatadora, podemos deduzir que ele estava ciente dos debates que estavam a surgir sobre o tema quando estava a escrever o livro. Além disso, o pensamento e a abordagem de Rudofsky no catálogo também foram influenciados por certas ideias predominantes sobre o modernismo. Primeiro, ele percebia que a arte exótica, que ele definiu como objetos que eram "estranhos" ao estudioso ocidental, eram chamados de arte "primitiva", e que isso impactou o desenvolvimento da arte moderna no início do século XX. Ele lamentou que a arquitetura exótica ainda não tivesse tido influência semelhante nos circuitos do design. Posteriormente, e embora ele não o tenha declarado no seu livro, não podemos descartar a possibilidade de ter antecipado que a sua obra poderia ter influência no cenário arquitetónico, como teve o catálogo O Movimento Moderno de Phillip John e Alfred Hitchcock de 1932. Ele escreve:

A presente exposição é uma apresentação prévia de um livro sobre o assunto, o veículo da ideia de que a filosofia e o *know-how* dos construtores anónimos apresenta a maior fonte inexplorada de inspiração arquitetónica para o homem industrial. A sabedoria a ser retirada vai além das considerações económicas e estéticas, pois toca o problema muito mais difícil e cada vez mais problemático de como viver e deixar viver, como manter a paz com os vizinhos, tanto no sentido paroquial quanto no sentido universal (RUDOFSKY, 1964, p.5).

Da citação acima é plausível que Rudofsky tenha antecipado o que hoje costumamos chamar de design sustentável, mas na época em que ele estava a escrever, essa ideia estava a ser expressa no apelo à mudança na profissão, como vimos no trabalho de Lynch (1960), Jacob (1961), Rapoport (1969). Os textos anteriores foram seguidos por livros críticos escritos por Venturi, Scott-Brown e Izenor (1972), Fathy (1973), Alexander (1977, 1979), Rowe e Koetter (1978).

Teorização das produções arquitetónicas das classes desprivilegiadas

O ensaio pioneiro de Rudofsky estimulou debates entre os teóricos sobre o onde e o como situar a arquitetura sem-linhagem. Turner (1967, 1968) já tinha proposto como os assentamentos espontâneos na América Latina poderiam ser melhorados para os habitantes. Turner baseou a sua hipótese em observações de campo sobre como a *barriada* Cuevas, fora de Lima, Peru, foi desenvolvida após a invasão de terras em



1960. Ele declarou: "Sugerir que as normas de planeamento e construção destinadas a melhorar e manter os modernos padrões habitacionais têm o efeito oposto em muitas partes do mundo pode parecer herege" (TURNER, 1967, p. 167). Além disso, ele defendia que as pessoas que residem em áreas urbanas com pouca ou nenhuma moradia e que constroem o seu próprio abrigo estão, antes do mais, menos preocupadas com os "padrões iniciais da casa" do que com o "*layout* inicial". Os padrões estabelecidos pelo município, embora bem intencionados, foram obstáculos para as pessoas que têm poucos meios económicos, e quando as pessoas encontram um lote de terreno e têm a certeza de que este lhes pertence, gradualmente fazem melhorias nele, inclusive, expandindo a casa. Para o recém-imigrante que procura participar da experiência moderna na cidade, o mais importante é garantir a posse do terreno sobre o qual ele pode vir a construir a sua casa. Após instalar-se na sua nova casa, os padrões exigidos pelo governo podem ser gradualmente implementados. Além disso, Turner observou que os governos abordaram o problema pela ordem inversa, fornecendo apartamentos ou casas acabadas sempre que podiam. Habitualmente nunca existiam unidades de habitação suficientes para responder às necessidades de todos, nem da forma como estavam acostumados a viver. Em vez disso, as habitações governamentais são construídas de acordo com os ditames dos arquitetos de elite, sobre como a vida urbana e moderna deve ser vivida, e a custos mais altos do que se as pessoas tivessem que desenvolver as suas casas por conta própria. Num outro ensaio publicado em 1968, Turner defendeu a habitação qualitativa na qual as relações entre as pessoas e o seu ambiente têm precedência sobre as habitações quantitativas que são construídas com altos padrões governamentais, mas que estão além dos meios das pessoas para as quais estas foram construídas (TURNER, 1968).

Uma das definições mais sucintas da arquitetura vernacular, em termos do que não é e do que é, em diversas partes do mundo, foi feita por Paul Oliver, cujas inúmeras publicações sobre o tema continuam a ser indispensáveis. Oliver lembra-nos que a arquitetura deriva do conceito de vernacular nos estudos linguísticos, onde a palavra significa "idioma indígena". A palavra tem raízes no latim, *vernaculus*, que significa "nativo". Portanto, pode-se sugerir que a arquitetura vernacular se refere às formas de construção numa localidade, pois pode ser expressa em tectónica, estilos, tecnologia, materiais e todos os modos de representações visuais. Uma nota cautelosa segue a analogia de Oliver entre a linguagem vernacular e as práticas arquitetónicas. O/A leitor/a é lembrado/a que a palavra vernacular passa a ser usada num sentido amplo para representar até mesmo os empreendimentos suburbanos comercialmente produzidos em massa pelos prospectores imobiliários, devido à sua uniformidade e

facilidade de construção, que sugere caráter de bairro ou regional. Que a arquitetura popular não é o vernacular, é o que Oliver pesquisa no seu trabalho, pois a arquitetura vernacular compreende as residências e todos os outros edifícios do povo (OLIVER, 1995). Em relação aos seus contextos ambientais e recursos disponíveis, estes são habitualmente proprietários - ou construídos em comunidade, utilizando tecnologias tradicionais. Todas as formas de arquitetura vernacular são construídas para responder a necessidades específicas, acomodando os valores, economias e formas de vida das culturas que as produziram" (Oliver, 1997, p. xxiii). Oliver também nos dá pistas sobre os materiais que não pertencem à construção das práticas arquitetônicas vernaculares que ele define. É a rejeição da arquitetura vernacular pelos políticos e pela classe média emergente como símbolo de atraso, que resulta na adoção de materiais industriais para a construção de edifícios que representam o estatuto social desejado. Ele também apresentou características comuns entre os edifícios vernaculares em diferentes partes do mundo: apesar das distâncias geográficas e da evolução das formas de construção, uma série de práticas arquitetônicas vernaculares assemelham-se a soluções que foram desenvolvidas de forma independente, pois estavam enfrentando desafios climáticos semelhantes, utilizando as capacidades e a tecnologia que estavam à sua disposição. Na produção de significados, ele escreve, a arquitetura vernacular pode representar valores comunitários, sistemas de crenças, visão de mundo, e posteriormente pode tornar-se modificadora das relações e práticas sociais entre os grupos. A arquitetura vernacular pode, assim, simbolizar a cultura espiritual e a cultura material de um povo. Era comum que os edifícios e outras estruturas vernaculares fossem construídos por sociedades especializadas ou por meio de conhecimentos e técnicas transmitidas de geração em geração.

Abu-Lughod (1992) adotou uma abordagem global do tema num breve ensaio crítico que interrogou a validade e o valor de termos como "Primeiro e Terceiro Mundo" e "países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos". Este questionamento estendeu-se a termos como setores da economia "formal" *versus* "informal", e de assentamento "espontâneo" *versus* "projetado", o Ocidente *versus* o Oriente, ou o Norte *versus* o Sul Global. Para a autora, a economia global estava demasiadamente interconectada para que estes termos tivessem validade. As pessoas que vivem no chamado "assentamento informal" poderiam estar a produzir produtos primários que são exportados para o mundo "desenvolvido" e, independentemente de onde estejam, na cadeia da produção econômica, estão conectadas com o circuito global da mesma forma como aquelas que estão a trabalhar no chamado "setor formal", ou no "mundo

desenvolvido". A leitura atenta do artigo de Abu-Lughod sugere que ela estava a mostrar como as experiências da modernidade conectam as pessoas em diferentes esferas da vida, diferentes localizações geográficas e em diferentes quadros sociais, embora de maneiras diferentes, que são exclusivas a grupos e indivíduos. Seguidamente, ela escreveu que "estas mudanças, na esfera económica, refletem-se na mudança dos padrões de vida e, inevitavelmente, também no ambiente construído. Por isso, a facilidade de distinguir a arquitetura 'tradicional' da (qual?) 'não-tradicional (?)', que em muitos aspectos tomamos como certa, não está mais presente" (ABU-LUGHOD, 1992, p. 8). Abu-Lughod afirmou que as dicotomias surgiram devido ao interesse dos teóricos em fazer distinções entre coisas e períodos, e ao longo dessa trajetória, três dicotomias foram usadas na caracterização de diferentes estágios de desenvolvimento. Estas, constituem os conceitos que articulam os assentamentos humanos "do rural ao urbano, através de um processo chamado urbanização; do pré-industrial ao industrial, através de um processo chamado industrialização; e do atrasado ao moderno, através de um processo chamado modernização". A ironia, como ela indicou, é que independentemente da fase de desenvolvimento, o termo "tradicional" representa o ponto de partida para os três estágios: «rural, pré-industrial e atrasado». Consequentemente, não é mais viável precisar concretamente o que queremos dizer com o termo «tradição». Além disso, sempre que usamos o termo «tradição», por exemplo, em referência à determinação de tipos de moradias residenciais, o termo geralmente confunde-se com o termo "vernacular", e isso implica "aquela porção da cultura indígena ou local que ainda existe *fora* dos eventos e da influência internacional" (ABU-LUGHOD, 1992, p. 9).



Extraído da sua experiência pessoal durante a sua residência num bairro na Venezuela, Peattie (1992) discutiu o tema da habitação urbana das classes desprivilegiadas como uma questão de convergir e divergir experiências e valores humanos entre as pessoas. Como fator de convergência de valores, as pessoas que são vistas como moradores à margem da experiência urbana, utilizam o que têm para aproveitar ao máximo os seus ambientes, da mesma forma como aqueles que têm muito o fazem. Embora os resultados sejam diferentes, as intenções são as mesmas, é a necessidade de prover o próprio abrigo e segurança. Como fenómenos divergentes e conflitantes, os urbanistas que regulam as partes planeadas da cidade, desenvolvem designs e ideias que contrastam com as ideias dos "moradores" imigrantes, oriundos das áreas rurais, que constroem nas partes não planeadas da cidade, e ambos os lados têm valores estéticos diferentes. Os conflitos surgem do privilégio dado às grandes indústrias e infraestrutura - estradas pavimentadas, drenagem, abastecimento de água - para suportá-la, o que raramente existe em muitas partes dos bairros irregulares.

Independentemente dos conflitos, os moradores contribuem para uma economia maior à sua maneira, como as pessoas que supostamente fazem no setor formal. De acordo com Peattie, um equilíbrio pode ser alcançado combinando a baixa tecnologia encontrada no bairro e os altos e dispendiosos métodos de construção pela elite que depende principalmente do que é considerado material moderno. Os japoneses, afirma Peattie, acertaram porque desenvolveram uma tradição na qual a alta tecnologia e a baixa tecnologia, como aço, cimento, eletricidade, bambu e papel podem ser usados simultaneamente para criar ambientes sensíveis e adaptáveis (PEATTIE, 1992).

Em 1993, a ALSayyad preparou um estudo comparativo das relações e diferenças entre as culturas e os processos de ocupação na América Latina e no Oriente Médio. Ele abordou o ensaio a partir da maior experiência global das décadas que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial, nos anos 1950 e 1960, quando os artigos sobre desenvolvimento nacional e pobreza nos países em desenvolvimento estavam a florescer. Aqui, algo deve ser salientado. Esta foi uma época em que os planos de desenvolvimento nacional, frequentemente ao longo do modelo soviético, foram adotados e implementados em vários países descolonizados em África, no Oriente Médio e na Ásia. ALSayyad indicou que artigos sobre desenvolvimento dos anos 1950 e 1960 viam o surgimento da nova habitação urbana autoconstruída como sintomática da cultura da marginalidade, resultando na ideia de que as comunidades de não-cidadãos, nos centros metropolitanos do mundo, situavam-se nas margens da sua economia nacional. Tais comunidades representavam o conceito de Terceiro Mundo, que ALSayyad sugeriu como uma categoria do cenário económico, não era mais válida. Entretanto, ALSayyad escreveu que a realidade de que sempre houve certas relações económicas e políticas simbióticas entre as comunidades que supostamente viviam à margem é desconhecida dos economistas do desenvolvimento e dos Estados nas suas respectivas regiões provinciais e nacionais. A partir de seis estudos de caso na Colômbia, Venezuela, Peru, dois no Egito e um na Arábia Saudita, ALSayyad explicou que os processos nos quais essas comunidades foram estabelecidas na América Latina e no Médio Oriente, incluem "invasão de terras, formação social, consolidação física e maturidade urbana" (ALSAYYAD, 1993, p. 34), e cada um representa uma fase no desenvolvimento dos assentamentos ou ocupação, conforme o caso. O ponto mais importante, nos processos de formação, é nos países latino-americanos, onde os partidos ou agentes políticos estiveram envolvidos na mobilização de moradores de ocupações e na invasão de terras. No entanto, no Egito, os pobres urbanos construíram sobre a infraestrutura cultural existente e não se alinham com o aparato político. Na Arábia Saudita, os pobres urbanos exploraram as brechas arcaicas da lei Islâmica

sobre como a terra poderia ser ocupada e cuidada pelas pessoas como se fosse sua, para se estabelecerem numa parte de uma propriedade.

Em 1995, ALSayyad publicou outra obra que ampliou as ideias do seu ensaio e do ensaio de Abu-Lughold. Ele identificou quatro etapas na formação do mundo contemporâneo, nomeadamente "o período insular, o período colonial, a era da independência e da construção da nação, e a era atual da globalização" (ALSAYYAD, 1995, p. 13). Em cada época, existiam maneiras de construir em diferentes partes do mundo. Como a era insular foi marcada principalmente por experiências sociais localizadas com possíveis interações com grupos étnicos vizinhos, com poucas influências externas distantes, as formas de construção e a tecnologia de construção eram igualmente locais e era dada atenção às formas de relacionamento com o ambiente. Os *badgirs*, as chaminés de vento de Hyderabad, na Índia, e as residências trogloditas afundadas nas Províncias Hunan da China são exemplos de tais métodos locais de construção. Podemos chamar a este método de construção tradicional ou vernacular. Fazendo eco à voz crítica de Abu-Lughold sobre as divisões do mundo em diferentes graus de desenvolvimento, assim como Primeiro versus Terceiro, ALSayyad reiterou como a era colonial enfatizava as categorizações humanas feitas juntamente com raça, tecnologia, habilidades administrativas, conceitos subjetivos de civilidade, poder, tradição e modernidade. Em todos estes casos, as classificações eram inclinadas contra os não-europeus, sendo as pessoas de pele mais escura aquelas que recebiam menor classificação nessas categorias. Na construção civil, a era colonial deu início a formas híbridas que eram emprestadas da Europa e das formas tradicionais colonizadas, e um bom exemplo disso é o bungalow britânico, uma amálgama de diferentes métodos de construção extraída da Europa e das localidades onde eram construídas. Pode-se dizer que o bungalow bengali deu origem a este tipo de casa. Uma analogia semelhante pode ser feita com a casa holandesa na Indonésia.

A terceira, a era da nação e dos projetos de modernização, inauguraram ideias concorrentes que foram, por um lado, zelosas por se modernizarem e, por outro, procuraram manter alguma semelhança com a tradição indígena. Os métodos tradicionais de construção eram frequentemente vistos como bens culturais ou símbolos de atraso que deveriam ser erradicados. Esta indecisão criou ambientes urbanos que eram indeterminados, nos quais novas formas de habitação em arranha-céus varreram das ruas as formas térreas de morar nesses lugares. Muitas vezes, havia conflitos entre valores espaciais e culturais, assim como serviços de utilidade básica necessários e formas individuais *versus* formas comunais de utilização dos espaços.

Na quarta fase, havia o desejo de corrigir o desequilíbrio, um fenômeno que se concentrava na nostalgia cultural, como visto na obra de Hassan Fathy do Egito, que projetou e construiu a cidade de Nova Gourná, um lugar que AlSayyad descreveu como mais uma obra-prima para impressionar os seus homólogos ocidentais, do que um verdadeiro empreendimento em arquitetura para os pobres do Egito. AlSayyad explicou que alguns ícones visuais (por exemplo, abóbadas e cúpulas), usados nos edifícios de Nova Gourná, tinham significados diferentes para as pessoas da região, que os associavam a santuários e tumbas para os mortos. O trabalho de Louis Khan em Dacca, no Bangladesh e o Edifício do Parlamento do Kuwait, de Jorn Utzon, foram ambos realizados a partir dessa nostalgia cultural. Dito isto, AlSayyad também observou que o projeto pioneiro de Fathy influenciou a próxima geração de arquitetos que praticam na região sobre como combinar elementos culturais com os elementos e a tecnologia contemporânea. Em ambos os ensaios, AlSayyad dissolve as produções arquitetônicas das classes desprivilegiadas como objetos de nosso tempo, com a implicação de que elas podem ser consideradas modernas, mesmo que ele nunca tenha atravessado completamente essa linha (ALSAYYAD, 1993; 1995).

Um ambicioso estudo intercultural de Peter Kellett e Mark Napier (1995), analisa a arquitetura dos pobres urbanos na África e na América Latina. Kellett e Napier reviram a literatura sobre o tema, a partir de meados do século XX, observando como diferentes teóricos - por exemplo, John Turner, Roderick Lawrence, Amos Rapoport, Paul Oliver, e David Stea e Mete Turan - exploraram a questão do assentamento espontâneo e da arquitetura vernacular. O objetivo dos autores era encontrar um marco teórico com o qual pudéssemos entender as formas de arquitetura construídas pelos pobres urbanos, indo além dos processos nos quais os assentamentos eram formados, e que acreditavam ter sido o foco dos estudos feitos até o momento sobre este tema. Uma premissa do ensaio é que a arquitetura vernacular é bem compreendida e que surgiram alguns acordos gerais entre os teóricos. No entanto, embora as causas sociais da arquitetura espontânea já tivessem sido discutidas, as formas propriamente ditas não foram estudadas. Os objetivos do ensaio e a premissa, pode-se assim dizer, ecoam o ponto de partida do ensaio de Amos Rapoport de 1988. Além disso, como o primeiro ensaio de AlSayyad, acima mencionado, a comparação entre os assentamentos espontâneos em Santa Maria Columbia e o de Inanda, na cidade de Durban, África do Sul, traz luz sobre as diferenças contextuais e como tais assentamentos poderiam ocorrer no território. Kellett e Napier teceram algumas observações no final do seu estudo: a forma do assentamento impermanente não é constante; são melhorados ou regularizados num processo de consolidação, dependendo dos contextos e das

restrições de vida, ou das oportunidades disponíveis, dos moradores. "Poder-se-ia argumentar que onde o caminho para a permanência não é tomado, seja por escolha ou por causa de restrições, ou ainda, por causa da combinação de ambos, as estratégias desenvolvidas pelas pessoas para sobreviver a tais situações, também levam a um tipo de vernacular, uma linguagem de construção falada por pessoas excluídas da linguagem formalizada e mistificada da cidade do final do século XX" (KELLET; NAPIER, 1995, p. 21). Um ponto saliente nas observações de Kellet e Napier é que tanto os assentamentos formais quanto os informais, onde quer que coexistam, um ao lado do outro, são geralmente interdependentes e emprestam-se um do outro em termos de mão-de-obra, serviços, materiais, habilidades, manutenção e modos de vida quotidianos, tais como, o comércio e o emprego, "efetivamente, os assentamentos informais conseguiram a sua identidade através do que não são, ou do que não têm, comparativamente ao formal" (KELLET; NAPIER, 1995, p. 22).

Ananya Roy (2001) preparou um interessante ensaio interdisciplinar que se baseou na arquitetura, literatura e lutas anticoloniais pela independência na Argélia, bem como na pintura, para levantar questões importantes sobre o que constitui modernismo puro ou incorruptível, modernidade, pós-modernismo e tradição. Estas categorias, escreve ela, tendem a fomentar o início e o fim do(s) modernismo(s). Entretanto, Roy estava mais interessada em como cada categoria é um reforço do modernismo, ou modernidade anterior, e, subsequentemente, na sua maioria são "presentes excedentes", em vez de fins e de começos. Aquilo que é chamado de fim ou começo é na verdade um, e o mesmo, e mais apropriadamente, modos de rejuvenescimento. Aquilo que levanta a questão principal do ensaio é: quais as modernidades, vistas como as experiências do presente, são corruptas e não fazem parte da tradição? Se estendermos esta pergunta ao nosso tema, podemos perguntar: será que as favelas e os edifícios dentro delas representam modernismos corruptos que não pertencem às nossas visões de mundo e experiências das práticas arquitetônicas modernas e tradicionais? Olhando para as experiências de meados do século XIX até o início do século XX - por exemplo, a Exposição de 1851 em Londres, com o Palácio de Cristal e a sua recepção, e a Exposição do Palácio de Cristal de 1853 em Nova Iorque - até que ponto o modernismo começa e também se torna tradicional? Mais pungentes são os exemplos de conjuntos arquitetônicos de ícones antigos selecionados na *Las Vegas Boulevard*, e que levantam questões de autenticidade e originalidade. O que acontece quando tais "cópias" de exposições e de monumentos arquitetônicos, em lugares como Calcutá, onde as infraestruturas para mantê-los no nível em que se encontram em Las Vegas estão ausentes? Além disso, utilizando exemplos da guerra da independência



argelina, em meados do século XX (que foram documentados no filme *A Batalha de Argel*), Roy defende que ser moderno, antigo e tradicional não é algo estável, em vez disso, pode depender de quem está decretando tais dualidades e como elas são exploradas. Por exemplo, enquanto que os franceses reclamavam sobre a opressão nas mulheres da Argélia sob o véu, as mulheres usavam-no, convenientemente, para desafiar os franceses. Da mesma forma, quando se tornou conveniente que as mulheres se revelassem para realizar as agendas violentas da guerra, disfarçando-se de "mulheres modernas" francesas que estavam do lado da França contra os esforços das lutas independentes, o véu também agiu como um expediente para expandir uma causa em particular. A cidade de Brasília é outro caso em que a capital modernista de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer tinha, e tem, favelas paralelas. É impossível descrever uma como moderna e a outra como não-moderna. No final, Roy rejeita a noção de que as favelas são arquiteturas tradicionais ou vernáculas (ROY, 2001). Tais posicionamentos reforçam as medidas excludentes, impedindo as pessoas que moram nas cidades e casas autoconstruídas de participar nos benefícios do modernismo e da modernidade, como pode ser aplicado a elas nas suas localidades.

Depois de rever cuidadosamente a maioria dos ensaios, embora nenhum deles venha a estipular que a arquitetura das classes desprivilegiadas são edifícios arquitetônicos modernos e contemporâneos, contêm implicações que levam-nos a chegar a essa possibilidade. Mais importante ainda, os ensaios fazem o/a leitor/a perceber as experiências de modernidade, inerentes aos edifícios em causa, mais do que quaisquer rótulos que lhes queiram conceder.

A teoria da transição: os elos entre as produções arquitetônicas vernaculares e modernas

Em 1988, Amos Rapoport publicou uma proposta sobre a produção arquitetônica das classes economicamente desprivilegiadas no ensaio "Assentamentos Espontâneos como Design Vernacular" (RAPOPORT, 1988). O objetivo de Rapoport era encontrar o marco conceitual na qual a consideração cultural e formal dos assentamentos espontâneos pudesse ser melhor alcançada. Na sua opinião, "se o design vernacular for definido corretamente", descobriremos que "os assentamentos espontâneos podem ser mostrados como seu contemporâneo mais próximo" (RAPOPORT, 1988, p. 53). Rapoport

(1969) elaborava sobre o aspecto cultural do seu livro inaugural *Casa, Forma e Cultura* onde ele afirma que os assentamentos espontâneos são uma "paisagem cultural" (RAPOPORT, 1969). Como ponto de partida, ele rejeitou a palavra "assentamento de ocupação" porque é um termo jurídico e político que pode ser explorado pelo poder. Ele também estava ciente de que o poder pode não excluir aqueles que constroem assentamentos espontâneos, se achar vantajoso consolidar os seus posicionamentos. De qualquer modo, este ensaio tem uma profundidade e uma implicação que não foi articulada por todos os outros. Ele enumerou certas características dos assentamentos espontâneos que os tornam paisagens culturais, e sugeriu que o design fundamental consiste em "os esquemas estão em estado de fluxo e incluem tanto elementos centrais da cultura tradicional quanto elementos recentemente introduzidos, altamente desejados pelos construtores e utilizadores" (RAPOPORT, 1988, p. 53).

A maior contribuição do ensaio, e o que o diferencia de todos os discursos sobre as produções arquitetônicas das pessoas desprivilegiadas, é visível quando estudamos cuidadosamente a fundamentação que Rapoport definiu para entender o assentamento espontâneo como um processo e como um objeto construído - que é o produto do processo. Ele sugeriu "características de processo" que vão desde "(1) identidade do designer, (2) intenções do designer (16) forma de mudança temporal, e (17) extensão do compartilhamento de conhecimento sobre design e construção" (Rapoport, 1988, p. 17). O facto dos utilizadores serem também os designers em assentamentos espontâneos, torna a identidade dos construtores importante e transparente, e não há dúvida de que as intenções dos designers sempre foram de executar as necessidades espaciais dos utilizadores, com o máximo aproveitamento dos recursos. Além disso, a forma da mudança temporal também pode ser observada, geralmente relacionada com a mudança de rendimentos e no acreditar de que o terreno em que o edifício é construído virá a pertencer ao utilizador. A extensão do compartilhamento do conhecimento de design e construção entre os construtores que normalmente são utilizadores e membros da comunidade, é igualmente importante. Isto deve-se, em parte, às circunstâncias económicas e ao carácter multifacetado dos construtores em aprender uns com os outros, ajudar e proteger os interesses uns dos outros na construção das comunidades espontâneas. Além disso, ele observou 20 características do produto, que incluem: "(1) grau de especificidade cultural e de lugar, (2) modelos, plano e formas específicos, e morfologias, ... (19) capacidade dos ambientes para comunicar efetivamente com os utilizadores, e (20) importância relativa das características semifixas vs. elementos fixos" (RAPOPORT, 1988, p. 56). Normalmente são as capacidades e os materiais disponíveis para os construtores, que são também



os utilizadores dos espaços, que determinam o que é construído e, até certo ponto, a intenção dos construtores não é realmente replicar os cenários espaciais em que viviam quando estavam nas suas aldeias antes de migrarem para os cenários urbanos, mas sim de criar espaços que possam facilitar a vida no ambiente urbano para onde migraram. Assim, os modelos, planos e formas específicos e as morfologias dos objetos construídos tendem a ser como caixas, retilíneos e mínimos, dando assim a impressão de uniformidade dentro dos assentamentos. Rapoport foi responsável por isso ao enfatizar que os espaços estão "em estado de fluxo e incluem tanto elementos centrais da cultura tradicional quanto elementos recém introduzidos altamente desejados pelos construtores" (IBID.).

O que é significativo nas características do processo e do produto é que estas podem ser observadas e verificadas, e mostram como o vernacular transita do assentamento étnico ou "tribal" para os tecidos urbanos, nos ambientes cosmopolitas onde estão localizados. Rapoport escreveu que em relação à cultura, "geralmente, o que é apoiado são, entre outras coisas, grupos de parentesco e outras estruturas sociais, uma variedade de instituições intermediárias, rituais e festivais, linguagem, hábitos alimentares e uma ampla gama de sistemas de atividades" (Rapoport, 1988, p.58). O exemplo que utilizo para expandir as influências culturais é das áreas conhecidas como Cape Flats, também conhecidas popularmente como Khayelitsha, fora da Cidade do Cabo, África do Sul. Os assentamentos têm migrantes de diferentes grupos étnicos, incluindo o povo indígena predominante Khosan, o povo Ndebele, o povo Zulu, assim como migrantes de outros países africanos como Zimbabué, Zâmbia e incluindo pessoas da África Central, Oriental e Ocidental. A partir desta perspectiva, não há dúvida de que a observação do Rapoport está no horizonte, mas também levanta novas questões que lembram as citações das revisões bibliográficas anteriores, acima mencionadas. Embora alguns dos imigrantes ainda possam estar empregados no setor agrícola ou afins, seja por conta própria ou em empregos formais, a maioria são motoristas de táxi e de autocarro, seguranças em bancos, escolas, faculdades, universidades e hospitais, e enfermeiros na Cidade do Cabo metropolitana. Estão envolvidos em todos os aspectos da economia, incluindo jardinagem, construção civil e manutenção da infraestrutura metropolitana. Muitos frequentam escolas e adquirem aprendizagem técnica para conseguirem aptidões que lhes permita mudar para empregos mais bem pagos. Isto é o que Rapoport reconhece como "... os padrões apropriados de atividades económicas, trabalho, compras e saúde, e seus ambientes associados são altamente significativos" (Rapoport, 1988, p. 59). Entre as características sociais não quantificáveis apoiadas pelo

assentamento espontâneo em Khyeletsha estão experiências de emprego e formas de existência no ambiente urbano que podem levar à competição entre os sindicatos. Nos locais onde os sindicatos ainda não estejam formados, os conflitos podem irromper nas comunidades ao longo das linhas tribais. Estamos cientes da violência popularmente apelidada na imprensa como "ataques de xenofobia" envolvendo a morte de imigrantes africanos estrangeiros em grandes cidades da África do Sul, principalmente nas *townships*, em 2007 e 2008. Embora eles não possam ser justificados em nenhuma circunstância, a violência foi causada pela rivalidade econômica entre as partes interessadas nas comunidades espontâneas que infelizmente se alinharam como indígenas contra imigrantes. A principal causa da violência foi a forma de ganhar a vida na sociedade urbana, a competição pelo emprego.

A minha atenção nesta passagem não é para focalizar na violência, mas para demonstrar como a hipótese de Rapoport sobre o assentamento espontâneo, confirma cenários que estão a passar de ambientes vernaculares para ambientes contemporâneos, independentemente do facto de que nas observações de Rapoport estes pareçam compartilhar mais características com os ambientes vernaculares do que com os ambientes sociais modernos e contemporâneos. Tendo em mente que as características partilhadas entre assentamentos espontâneos e assentamentos vernaculares irão variar de contexto para contexto, e podem até não ser as mesmas em regiões diferentes no mesmo país, como Rapoport observa, podemos expandir as suas ideias fazendo a pergunta: se o meio predominante de existência - os "padrões de atividade" e as experiências vividas quotidianamente - nos assentamentos espontâneos, é mais sobre os modos de vida no centro urbano moderno e contemporâneo, do que nas sociedades vernaculares que os assentados deixaram para trás, como poderemos reconciliar os padrões de atividade e as experiências vividas quotidianamente, com as articulações espaciais que eles criaram? Olhando para o plano do assentamento ndebele, poderíamos descobrir que o conjunto habitacional criado nas áreas rurais mantém certas características morfológicas orgânicas, que o distinguem dos arranjos urbanos.

Além disso, deve-se ter em mente que, embora durante as etapas iniciais de desenvolvimento, as estruturas urbanas possam não ter tido acesso por estrada asfaltada, nem drenagem e eletricidade, os moradores espontâneos iriam traçar a sua rede domiciliar que mais tarde seria regularizada pelo fornecimento de estradas pavimentadas, eletricidade e drenagem, pelo Governo Provincial do Cabo. A organização dos espaços interiores é simples, mas já não estão necessariamente em conformidade com os conjuntos tradicionais das suas aldeias, onde os imigrantes cresceram. O estudo



dos espaços que são dedicados aos padrões de atividade como cozinhar, conviver, dormir e casas ao ar livre não estão mais espalhados como unidades individuais ligadas entre si num conjunto localizado na aldeia. Em vez disso, a compressão começa a mostrar a economia de espaço, mas acima de tudo a assimilação sincrética de uma disposição de casa de vida urbana.

A vedação da casa, para proporcionar segurança e sensação de privacidade do espaço urbano, continua a ser um fator no design, mas o espaço interno do espaço exterior definido pela cerca não funciona necessariamente como o espaço interno do espaço exterior que se encontraria num conjunto rural. Acima de tudo, a expressão mais radical está no uso do material de construção. Podemos observar como a estrutura simples de madeira é revestida com zinco, compensado, tábuas e outros tipos de materiais de revestimento para construir edifícios multiusos. O mais intrigante, e que confirma que estamos a lidar, agora, com um conjunto inteiramente novo de edifícios modernos e contemporâneos, está relacionado com o tempo: certos moradores qualificados começam a prefabricar as partes componentes do abrigo (estruturas de paredes, portas, janelas, esquadrias de janelas e portas) para venda.

Esta adaptação raramente é encontrada no cenário vernacular da aldeia, e por esta razão podemos sugerir que os assentamentos espontâneos são, de facto, produções arquitetónicas modernas e contemporâneas que partilham certas características com edifícios vernaculares.

Referências

ABU-LUGHOD, J. Disappearing Dichotomies: First World-Third World; Traditional-Modern. **Traditional Dwellings and Settlement Review: Journal of the International Association for the Study of Traditional Environments**. Vol. 3, n. 2, p. 7-12, 1992.

ALEXANDER, C. **The Timeless Way of Building**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1979.

ALEXANDER, C. **A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1977.

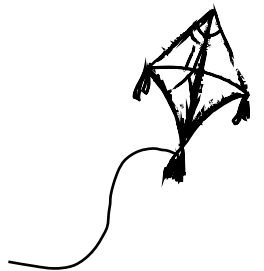
ALSAYYAD, N. From Vernacular to Globalism: The Temporal Reality of Traditional Settle-

ments. **Traditional Dwellings and Settlement Review: Journal of the International Association for the Study of Traditional Environments**. Vol. 7, n.1, p. 13-24, 1995.

ALSAYYAD, N. Squatting and Culture: A Comparative Analysis of Informal Developments in Latin America and the Middle East. **Habitat International**. Vol. 17, n. 1, p. 33-44, 1993.

ASIAN EDUCATIONAL SERVICES. **The Travels of Pietro Della Valle In India**. Nova Iorque: Burt Franklin Publisher and the Hakluyt Society, 1991.

- BARTH, H. **Travels and Discoveries in North and Central Africa: being a Journal of an Expedition undertaken under the Auspices of H.B.M.'s Government, in the Years 1849-1855.** 5 volumes. Londres: Longmans & Roberts, 1857.
- BOSMAN, W. **A New And Accurate Description of The Coast of Guinea, Divided into the Gold, The Slaves, and The Ivory Coasts.** Nova Iorque: Barnes & Noble, [1704]1967.
- BOVILL, E. W. **The Golden Trade of the Moors.** Nova Iorque: Oxford University Press, [1958]1969.
- CALLIE, R. **Travels Through Central Africa to Timbuctoo: and Across the Great Desert, to Morocco, Performed in the Years 1824-1828.** Londres: H. Colburn and R. Bentley, 1830.
- CLAPPERTON, H. **Journal of a Second Expedition into the Interior of Africa, from the Bight of Benin to Soccatoo; to which is added the Journal of Richard Lander from Kano to the Sea-Coast, partly by a more Eastern Route.** Londres: F. Cass, 1966.
- COLUMBUS, C. I. **Columbus: My Journal, 1492-3.** In: ROOP, P.; ROOP, C.; HANSON, P. E. (Orgs.). **I, Columbus: My Journal, 1492-3.** Nova Iorque: Walker and Co., 1990.
- DAPPER, O. **Description de L'Afrique, contenant Les Noms, la Situation & les Confines de toutes ses Parties, leurs Rivières, leurs Villes & leurs Habitations, leurs Plantes & leurs Animaux; les Mœurs, les Coutumes, la Langue, Les Richesses, la Religion & Le Gouvernement de ses Peuples. Avec Des Cartes des Etats, des Provinces & des Villes, & des Figures en taille-douce, qui représentent les habits & les principales cérémonies des habitants, les Plantes & les Animaux les moins connus.** Amsterdão: Chez Wolfgang, Waesberge, Boom & van Someren. Nova Iorque: Johnson Reprint Corporation, [1668]1970.
- DAVIDSON, B. **Lost Cities of Africa.** Boston: Little, Brown & Company, 1970.
- DAVIDSON, B. **Africa History of a Continent.** Londres: Weidfield & Nicolson, 1966.
- DUBOIS, F. **Timbuctoo, the Mysterious.** Nova Iorque: Negro University Press, 1896.
- ELLEH, N. Perspectives on the architecture of Africa's underprivileged urban dwellers. **Social Dynamics.** Vol. 37, n. 1, p. 43 - 77, 2011.
- ENGELS, F. **The Conditions of the Working Classes in England.** Nova Iorque: Penguin Books, [1845]1987.
- FATHY, H. **Architecture for the Poor: an experience in rural Egypt.** Chicago: University of Chicago Press, 1973.
- FISHMAN, R. **Urban utopias in the twentieth century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier.** Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- GENERAL COLLECTION OF VOYAGES AND DISCOVERIES MADE BY THE PORTUGUESE AND THE SPANIARDS DURING THE FIFTEENTH AND SIXTEENTH CENTURIES: voyages of the celebrated Gonzalez and Vaz, Gonzalez Zarco, Lanzerota, Diogo Gill, Cada Mosto, Pedro di Sintra, Diogo d'Azambuza, Bartholomew Dias, Vasco de Gama, voyages to the Canary Islands, voyages of Columbus, Nino and Guierra, Ojeda and Vesputius, Cortereal, Alvarez Cabral, Francis Almeed, Albuquerque, Andrea Corsali, voyage to St. Thomas, voyage of De Solis, Pinzon, &c., voyage of John Ponce, Grijalva, Nicuessa, Cortes, Ojeda and Ocampo, Magellan. Londres: W. Richardson, 1789.
- HOWARD, E. **Garden Cities of To-morrow.** Charleston, SC: Bibliobazaar, [1902]2008.
- IDELL, A. (Org.). **THE BERNAL DÍAZ CHRONICLES: The True Story of the Conquest of Mexico.** Garden City, Nova Iorque: Doubleday, 1956.
- JACOBS, J. **The Death and Life of Great American Cities.** 1961.
- KELLETT, P.; NAPIER, M. Squatter Architecture? A Critical Examination of Vernacular Theory and Spontaneous Settlements with Reference to South America and South Africa. **Traditional Dwellings and Settlement Review: Journal of the International Association for the Study of Traditional Environments.** Vol. 6, n. 2, p.7-24, 1995.
- LE CORBUSIER. **The city of tomorrow and its planning.** Nova Iorque: Dover Publications, 1987.
- LE CORBUSIER. **Toward a New Architecture.** Nova Iorque: Dover Publications, 1986.
- LYNCH, K. **The Image of the City.** Cambridge, MA: MIT Press, 1960.





OLIVER, P. **Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World**. Vol. 1. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995.

PARK, M. **Travels in the Interior Districts of Africa**. Nova Iorque: Arno Press, [1704]1971.

PARK, M. **The Travels of Mungo Park**. Londres: J. M. Dent, 1970.

PEATIE, L. Aesthetic Politics: Shantytown or New Vernacular? **Traditional Dwellings and Settlement Review: Journal of the International Association for the Study of Traditional Environments**. Vol. 3, n. 2, p. 23-32, 1992.

RAPOPORT, A. Spontaneous Settlements as Vernacular Design. In: Patton, C. (Org.). **Spontaneous Shelter International Perspectives and Prospects**. Filadelfia: Temple University Press, 1988.

RAPOPORT, A. **House Form and Culture**. Englewood Cliffs, Nova Jersey: Prentice-Hall, 1969.

REYNER, B. **Theory and Design in the First Machine Age**. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.

ROWE, C.; KOETTER, F. **College City**. Cambridge, Mass. MIT Press, 1978.

ROY, A. Traditions of the Modern: A Corrupt View. **Traditional Dwellings and Settlement Review: Journal of the International Association for the Study of Traditional Environments**. Vol. 12, n. 2, p. 7 - 21, 2001.

RUDOFISKY, B. **Architecture Without Architects, A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture**. Nova Iorque: Doubleday & Company Inc., 1964.

RUGOFF, M. **The Great Travelers; A Collection of Firsthand Narratives of Wayfarers, Wanderers And Explorers in all Part of the World from 450 B.C. to the Present**. Vol. I - II. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1960.

SILVEIRA, L. **Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar**. Vol. 1 - 4. Lisboa: Ministério do Ultramar Junta de Investigações Ultramar, 1950.

STEPHENS, J. L. **Incidents of travel in Central America, Chiapas, and Yucatan**. Londres: J. Murray, 1841.

TRACTHENBERG, M.; Hyman, I. **Architecture from Prehistory to Postmodernity**. Nova Iorque: Harry N. Abrams, 2002.

TURNER, C. J. Housing Priorities, Settlement Patterns, and Urban Development in Modernizing Countries. **Journal of the American Institute of Planners**. Vol. 34, n. 6, p. 354 - 363, 1968.

TURNER, C. J. Barriers and Channels for Housing Development in Modernizing Countries. **Journal of the American Institute of Planners**. Vol. 33, n. 3, p. 167 - 181, 1967.

VALLE, P. D. **Viaggi di Pietro Della Valle il pellegrino, con minuto ragguaglio di tutte le cose notabili osservate in essi: descritti da lui medesimo in 54 lettere familiari all'erudito suo amico Mario Schipano, divisi in tre parti cioè: la Turchia, la Persia e l'India**. Roma: 1650-1658, Torino, 1843.

VENTURI, R.; SCOTT BROWN, D.; IZENOR, S. **Learning From Las Vegas**. Cambridge, MA: MIT Press, 1972.

YULE, H. **The Book of Ser Marco Polo, The Venetian Concerning the Kingdoms and the Marvels of the East**. Vol. II. Nova Iorque: Scribner's Sons, 1926.

YULE, H.; CORDIER, H. **The Travels of Marco Polo**. Adelaide: University of Adelaide, 1920

Notas

1 (Nota dos editores [N.E.]): A versão original deste artigo foi publicada em 2014 com o título *Reading the Architecture of the Underprivileged Classes* no livro *Reading the Architecture of the Underprivileged Classes: A Perspective on the Protests and Upheavals in Our Cities*, organizado por Nmandi Elleh e publicado pela Routledge. Os direitos de publicação e reprodução são propriedade da Taylor & Francis Group. Este artigo foi traduzido para o português de Portugal. Os editores decidiram acolher neste dossiê as múltiplas grafias da língua portuguesa, conforme a escrita em cada um dos países lusófonos.

2 (Nota da tradutora [N.T.]) Township é a designação dada na África do Sul às periferias urbanas onde pessoas negras, mulatas, pardas e do subcontinente indiano eram forçadas a morar durante o regime de segregação racial do Apartheid (1948-1994) e que se mantêm até hoje como espaços não brancos (Africans townships, Coloured townships e Indians townships) de exclusão racial mas também de resistência e luta.

